

A década da América Latina?

Henrique Rattner*

FEA – USP

Em 2010, a América Latina celebrou o bicentenário de sua independência da coroa espanhola. Dois anos antes, em 1808, o Brasil assistiu à instalação da corte de Dom João VI no Rio de Janeiro, trazida pela armada britânica após a invasão da península ibérica pelas tropas de Napoleão. Além das festividades pelo bicentenário da independência, os países latino-americanos tem outros motivos para celebrar. O quinquênio até 2008 foi um período mais próspero para a região, com uma taxa média de crescimento econômico de 5,5% ao ano, enquanto a inflação caiu abaixo de dois dígitos. A recessão que varreu o mundo pouco afetou o subcontinente que retomou um vigoroso processo de crescimento, desde o fim de 2009. Com a expansão da economia veio uma melhora significativa das condições de vida para pelo menos 40 milhões de pessoas de uma população total de 580 milhões, que deixou a pobreza para trás e ingressou a sociedade de consumo, embora a distribuição da renda continuasse a mais desigual do mundo. O desemprego diminuiu para 7,8%, de acordo com as estatísticas da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Um fator importante para o sucesso econômico foi a estabilização dos regimes democráticos em praticamente todos os países. As altas taxas de

crescimento econômico atraem investidores estrangeiros, particularmente para o Brasil que foi incluído no grupo dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) por um economista da Goldman Sachs. Com quase 200 milhões de habitantes (o censo de 2010 está em pleno andamento, o Brasil responde por um terço da população e 40% do PIB (produto interno bruto) da região e apresenta uma taxa de crescimento econômico inédita de 11%, em 2010. O México, com 20% da população, sofre os efeitos da violência do narcotráfico, mas conseguiu manter a estabilidade econômica e política. Os países como Chile, Colômbia, Peru e Panamá conseguiram o “investment grade” que atrai os investidores estrangeiros e contribui para um ritmo de crescimento acelerado.

A América Latina absorve 25% das exportações dos EUA e 20% dos investimentos estrangeiros o que levou alguns economistas a falar da “década da América Latina”. Ao se confirmarem essas tendências, estima-se que dentro de 10-15 anos a região irá duplicar sua renda média para US 22.000 dólares per capita, em termos de PPC (paridade de poder de compra) e o Brasil será a quinta maior economia do mundo, somente atrás da China, EUA, Índia e Japão.

Algumas ressalvas fazem se necessárias: A produtividade tem evoluído lentamente devido a predominância do mercado informal que responde por quase metade das atividades econômicas. O segundo empecilho para um avanço mais rápido é a distribuição desigual da renda e, o terceiro, a onda de crimes e violências cometidos pelas gangues de narcotraficantes.

A variação na renda per capita entre os países é muito grande: De US 15,300 dólares no Panamá para US 2,900 dólares na Nicarágua. Mas, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru parecem plenamente integrados à economia mundial, aproveitando a demanda insaciável por alimentos, “commodities” e matérias primas da China e da Índia. Segundo a CEPAL, as exportações para a China caíram no primeiro semestre de 2009 e depois, dispararam 45% nos primeiros seis meses de 2010. Para atender a essa demanda, os países exportadores retardam seus esforços para diversificar suas próprias economias. Na década de 1990, as matérias primas representavam 50% do valor dos produtos exportados pela América Latina e o Caribe, antes de caírem para 27% em 1999 e voltarem para 39% na última década. A expansão das “commodities” ocorreu à custa de bens industriais e sérvios com tecnologia mais avançada, o que levou a CEPAL a caracterizar essa tendência de “reprimarização” da economia. A alta dos preços desviou investimentos, em detrimento da diversificação, por não haver o investimento de pelo menos uma parte dos lucros em P&D (pesquisa e desenvolvimento) para avançar em direção de uma “sociedade de conhecimento”. A dependência das exportações de “commodities” deixa os países latinos americanos vulneráveis aos ciclos de prosperidade e estagnação

e às flutuações cambiais, enquanto a China, para alimentar seu processo de industrialização absorve enormes quantidades de soja e trigo do Brasil e da Argentina, cobre do Chile, minério de ferro e petróleo do Brasil e da Venezuela.

Outro problema econômico e social, a reforma agrária na América Latina, pouco tem progredido nas últimas décadas. Ao contrário, devido à expansão dos agros-negócios, o cultivo de grãos e de cana de açúcar em grande escala, a invasão de enormes áreas por fazendeiros latifundiários e grandes empresas tem ganhado grande impulso a partir da década dos 1990, expulsando pequenos lavradores de suas terras. Uma boa ilustração deste processo é a ocupação crescente do Cerrado no Brasil, uma área que ocupa 2 milhões de km² de terras virgens ou esparsamente ocupadas por pastagens. O cerrado constitui um bioma único, com um solo fértil, abrigando 150.000 espécies de plantas e animais, o que o torna um alvo da cobiça do agronegócio. Em pouco mais de dez anos, um quarto das terras virgens foram substituídas por pastagens e vastos campos de cultivo da cana e de soja. Esses cultivos são altamente mecanizados e causam a expulsão de pequenos lavradores ou grupos indígenas de vastas regiões nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Tocantins.

Segundo a FAO – a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentos – a distribuição de terras na América Latina, em 2009, foi a mesma de vinte anos atrás. O índice de GINI que mede a concentração de terras mostrou que os 5% dos maiores estabelecimentos ocupavam 68% das terras, enquanto 50% de pequenos agricultores ocupavam 2,3% das terras. A estrutura fundiária no Brasil,

particularmente nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso de Sul e Maranhão revela um índice Gini maior de 0,850, chegando a 0,900 no Maranhão. A área média por propriedade, em que pesem os esforços de alguns governos de distribuir terras e as ocupações pelo MST – Movimento

dos Sem Terra - evoluiu de 60 há em 1970 para 73,1 há em 1999, e com aquisição de terras virgens pelos latifundiários, esta média não parou de crescer, alimentando com suas colheitas as exportações para a China e o resto do mundo.

Tabela Comparativa dos países Latino Americanos

País	População	Área	Taxa de Crescimento do PIB	PIB Nominal	Paridade do Poder de Compra	PIB per capita	PIB per capita	Balança Comercial	Balança Conta Corrente	Índice Desenvolv. Humano
	(milhões)	(mil km ²)	(2010 em %)	(bilhões US\$)	(bilhões US\$)	(nominal US\$)	(PPC US\$)	(bilhões US\$)	(bilhões US\$)	(2007)
ARGENTINA	40,5	2.767,	6,8%	293	593	7.230	14.630	13,9	9,6	0,866
BOLIVIA	10,1	1.098,	2,8%	20	47	1.940	4.710	n/d	n/d	0,729
BRASIL	196,8	8.512,	8,8%	1.669	2.113	8.480	10.740	17,1	-43,8	0,813
CHILE	17,1	7.516,	6,5%	170	257	9.950	15.010	15,3	0,7	0,878
COLOMBIA	48,9	1.139,	4,4%	250	418	5.110	8.540	1,0	-5,4	0,807
CUBA	11,2	114,5	3,5%	59	116	5.220	10.330	n/d	n/d	0,863
ECUADOR	14,2	461,5	2,3%	56	110	3.960	7.770	n/d	n/d	0,806
PARAGUAI	6,5	406,7	2,5%	14	29	2.140	4.510	n/d	n/d	0,761
PERU	29,8	1.285,	3,0%	134	257	4.520	8.610	n/d	n/d	0,806
URUGUAI	3,3	186,9	2,0%	34	45	10.220	13.330	n/d	n/d	0,865
VENEZUELA	28,6	912,	-1,9%	333	334	11.660	11.990	31,1	20,1	0,844
MEXICO	112,5	1.972,5	3,0%	887	1.668	7.890	14.830	-2,2	-5,2	0,854

Fontes: The Economist - The World in 2010, London 2010 (compilação dos dados pelo autor); United Nations Year Book 2010 (PPC → Paridade do Poder de Compra); Revistas "The Economist", vários números (a taxa de crescimento do PIB - estimativa baseada nos dados do 1º semestre)

O quadro comparativo das economias latino americanas exige uma nota explicativa. As taxas de crescimento do PIB em % referem se aos últimos doze meses, a partir de julho de 2009. Incorporam, portanto, o período recessivo daquele ano e reduzem assim o avanço significativo ocorrido em

2010, sobretudo nos países exportadores de matérias primas e "commodities". Os dados do valor do PIB per capita apresentam resultados bastante distintos quando comparados os valores nominais com os de PPC (paridade de poder compra), substancialmente mais elevados nos países de baixo índice de

inflação. O índice de desenvolvimento humano (IDH) – uma medida comparativa elaborada pelo paquistanês Mahbub ul Haq e o indiano Amartya Sen para medir o bem estar da população é claramente insuficiente. O IDH é composto de três indicadores que envolvem três dimensões: a riqueza medida pelo PIB per capita, o grau de educação e a expectativa de vida ao nascer. Os cálculos são feitos com base em médias aritméticas o que distorce muito a situação real, sobretudo quando a renda de 1% dos mais ricos é diluída, somada à renda dos 90% mais pobres. Uma medida comparativa para medir o bem estar da população seria a FIB – Felicidade Interna Bruta – que inclui nove dimensões: segurança econômica, boa governança, resiliência ecológica, acesso à educação e assistência médica de qualidade, vitalidade comunitária, diversidade cultural, bem estar psicológico e espiritual e uso equilibrado do tempo. É no reino de Butão que este índice foi concebido e sua aplicação tentada, sendo que no Brasil, projetos piloto estão sendo implantados nos municípios de Campinas e Itapetininga.

Indubitavelmente, houve um progresso significativo nas condições de vida de dezenas de milhões de pessoas, arrancadas da miséria e inseridas no mercado urbano-industrial, mediante sua contratação, com carteira de trabalho assinada e salários mais decentes. No Brasil, foram criados 14 milhões de novos empregos e aproximadamente 30 milhões de pessoas subiram da classe D para a C, com rendas que variam de R\$ 1.500,00 a R\$ 4.500,00 mensais. Programas semelhantes à Bolsa Família estão sendo implantados no Chile, no México e outros países da América Latina.

Muita tinta foi derramada sobre a suposta desindustrialização da América Latina que não chegou a verificar se. A eliminação parcial de pequenas e médias empresas ocorreu mais em função da concentração em grandes empresas em todos os setores do que do encerramento de atividades. Tanto no Brasil quanto no México e no Chile, várias empresas conseguiram tornar se multinacionais, entrando nos mercados do primeiro mundo e também na África, países árabes e na China. Merecem destaque além da Petrobrás recentemente capitalizada e elevada à segunda maior empresa do mundo, desenvolvendo tecnologia e know-how para explorar petróleo em grandes profundidades, a EMBRAER – fabricante de aviões vendidos em muitos países,

A empresa metalúrgica Gerdau, a JBS – maior processadora de carne, as empresas de construção pesada e, no setor de serviços bancários a investida do Itaú e do Bradesco nos países vizinhos. No México, a CEMEX, produtora de cimento e o grupo Bimbo – maior padeiro do mundo tem conquistado status internacional com filiais em vários países. O México tem criado mais de um milhão de novos empregos na construção civil, embora a parcela da economia informal continue grande no Brasil, México, Colômbia e em outros países latino americanos. O Índice Gini diminuiu em quase todos os países, mas a distribuição de rendas continua a mais desigual do mundo. Os programas de Bolsa Família no Brasil, de “Oportunidades” no México e “Solidariedad” no Chile têm contribuído para reduzir, embora modestamente, essa desigualdade na distribuição da renda. Esses programas não podem melhorar a educação e saúde das populações, mas a expansão das redes nacionais de telecomunicações e de

eletrificação rural tem atuado como fatores de transformação das regiões mais pobres. Como exemplo das transformações é possível citar o caso do México, onde em 1960, 4/5 da população dispunha de dois quartos no máximo, sem banheiro. Agora, em 2010, 60% da população têm três quartos ou mais e estão conectados à rede de saneamento básico.

O Brasil, com suas dimensões continentais, precisará continuar na retirada das privações 40% de sua população e deverá continuar a crescer para tornar se uma sociedade predominantemente “classe média”, com uma proporção adequada de estudantes matriculados no ensino superior.

A tendência geral de tornar as sociedades latinas americanas mais democráticas, eliminando os vícios dos regimes autoritários, exige também esforços redobrados na construção de sociedades de bem estar. A América Latina tem progredido nas últimas duas décadas no caminho de desenvolvimento econômico e social. Para prosseguir, mais recursos serão necessários o que significa mais poupança e investimentos e mais impostos e tributos. Essa política encontrará certamente resistências na classe média tradicional e da classe alta, acostumados a seus privilégios históricos. Mas, para financiar o Estado

moderno e seus programas de educação, saúde, previdência e expansão da infraestrutura, a elevação das contribuições dos mais abastados torna se inevitável. Os governos populistas de Lula (ou seu sucessor), de Evo Morales, Cristina Kirchner, Rafael Corrêa, Fernando Lugo e Hugo Chávez, por sua origem e seu respaldo políticos, certamente tentarão prosseguir nesta via. A resistência dos mais ricos a um aumento de impostos ficou patente no episódio da CPMF – contribuição provisória sobre a movimentação financeira, conhecido também como imposto do cheque. A proposta foi derrotada no Congresso após a mobilização contrária à sua prorrogação, sobretudo de burguesia de São Paulo.

Um longo caminho resta a percorrer, a começar por uma maior integração econômica e política, nos moldes da União Européia. Mas, após alguns avanços do Mercosul, este estancou e a Comunidade Andina praticamente se desfez.

Reformas econômicas e políticas, como o apoio financeiro e tecnológico a consórcios de pequenas empresas ou cooperativas agrícolas serão indispensáveis para sustentar e impulsionar transformações sociais e políticas necessárias para ingressar no mundo desenvolvido, sem regressar aos desmandos dos regimes autoritários vigentes nas décadas de 1960-1980.



* **HENRIQUE RATTNER** é Professor da FEA (USP), IPT e membro da [Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças \(ABDL\)](#)